



# Renato Vilela

E-mail: [renatovla@yahoo.com.br](mailto:renatovla@yahoo.com.br)

Facebook: <https://www.facebook.com/renato.vilela.7>

# 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 51 - À luz do Código Civil, assinale a opção correta acerca do estabelecimento empresarial.**

**A) Estabelecimento empresarial não se confunde com fundo de comércio, tendo em vista que este é apenas o local onde a atividade comercial é desenvolvida, ao passo que o estabelecimento envolve todo o conjunto de bens que um empresário ou uma sociedade empresária organizam para o exercício de uma empresa.**

**Comentários: ERRADA. Estabelecimento empresarial e fundo de comércio são considerados sinônimos pela doutrina. Art. 1.142. Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.**

**...Aviamento não se confunde.**

# 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 51 - À luz do Código Civil, assinale a opção correta acerca do estabelecimento empresarial.**

**B) É pacífico o entendimento de que um ponto comercial não se restringe ao lugar onde se localiza uma empresa, abrangendo todos os bens tangíveis e intangíveis que incorporam a empresa, dos quais se excluem o aviamento e a clientela.**

**Comentários: ERRADA. Ponto comercial é o lugar do comércio. Segundo Rubens Requião, a definição é "o lugar do comércio, em determinado espaço, em uma cidade".**

# 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 51 - À luz do Código Civil, assinale a opção correta acerca do estabelecimento empresarial.**

**C) Um estabelecimento comercial é composto de bens materiais (corpóreos), que correspondem aos equipamentos necessários ao exercício de uma atividade, como cadeiras, mesas e computadores, e de bens imateriais (incorpóreos), que correspondem a marcas, criações intelectuais, direito à titularidade dos sinais distintivos e ponto comercial.**

**Comentários: CORRETA.**

# 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 51 - À luz do Código Civil, assinale a opção correta acerca do estabelecimento empresarial.**

**D) Um estabelecimento comercial não pode ser objeto de negócio jurídico em separado, porque este é incompatível com a natureza daquele.**

**Comentários: ERRADA. Pode. Art. 1.143, CC. Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.**

# 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 51 - À luz do Código Civil, assinale a opção correta acerca do estabelecimento empresarial.**

**E) O adquirente de um estabelecimento comercial jamais responderá pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência desse estabelecimento, tendo em vista que essa obrigação compete ao devedor primitivo.**

**Comentários: ERRADA. Esta responsabilidade é possível, de acordo com o CC. 1.146. O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.**

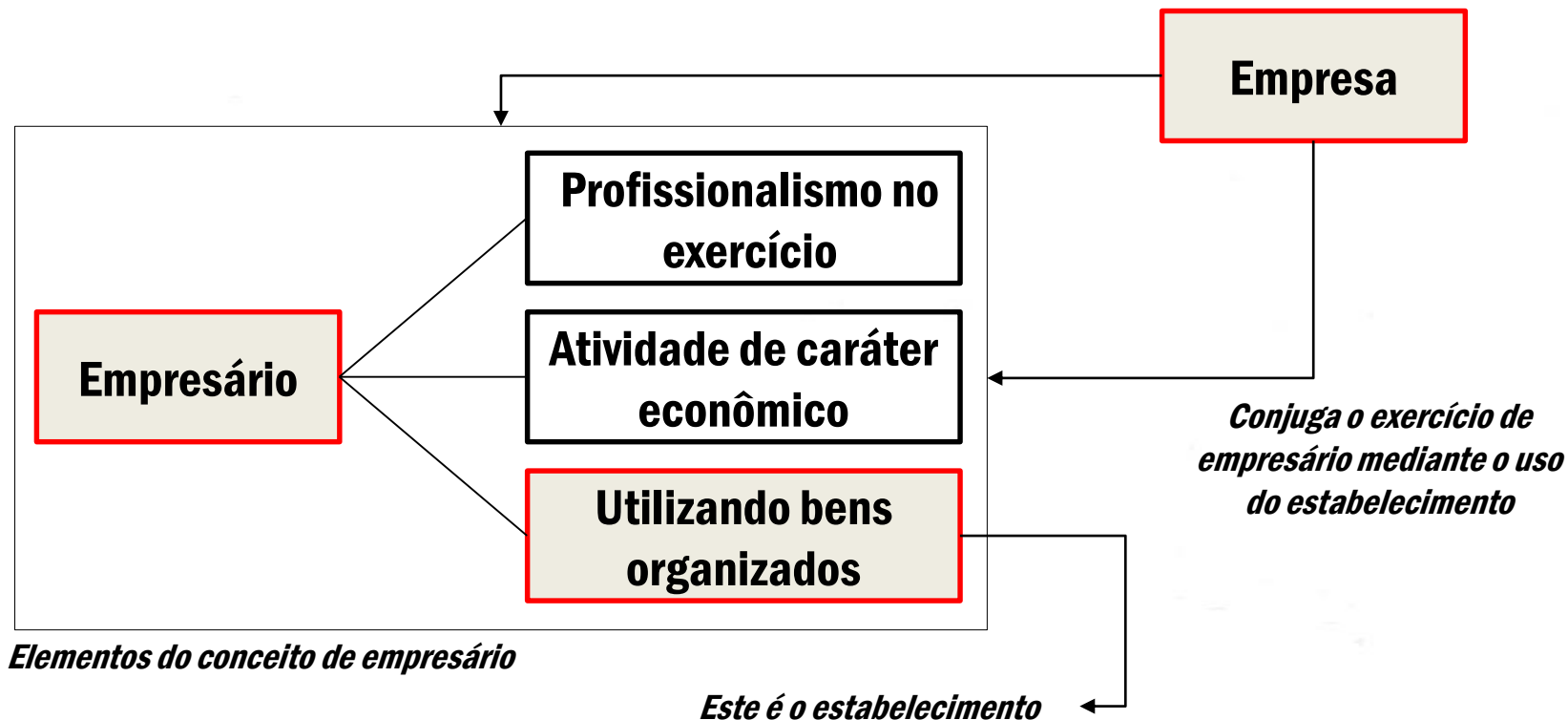
## **2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)**

**Combinando o 966 com o 1.142 do CC temos o conceito de empresa**

**Professor Bulgarelli: “Atividade econômica organizada de produção e circulação de bens e serviços para o mercado, exercida pelo empresário, em caráter profissional, através de um complexo de bens.”**



## 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)



# 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**“Uma coisa é uma coisa outra coisa é outra coisa”**

**Empresário**

**≠**

**Estabelecimento**

**≠**

**Empresa**

## 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 52.** Marta adquiriu de Ana um salão de beleza com determinado nome de fantasia. Quatro meses após alienação desse estabelecimento empresarial, Ana inaugurou, na mesma rua, a 200 metros do estabelecimento alienado, um novo salão de beleza com nome de fantasia semelhante ao anterior. Questionada por Marta, Ana alegou não haver, no documento da transação, cláusula contratual proibindo o estabelecimento de novo salão de beleza no local. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A) A adquirente do estabelecimento não pode impedir o restabelecimento da alienante, tendo em vista a ausência de cláusula expressa a esse respeito no contrato realizado entre elas.**
- B) Não há que se falar em concorrência desleal, pois o estabelecimento adquirido por Marta e o aberto por Ana são salões de beleza diferentes, ainda que possuam nomes semelhantes.**
- C) A clientela dos estabelecimentos não é o objeto do negócio jurídico, especialmente porque se trata de atividade de prestação de serviço, que, em regra, é pessoal e não se transfere em razão de suas características. Assim, não há problemas de concorrência.**
- D) Assiste razão a Marta, pois, ainda que na transação realizada por elas não haja cláusula contratual expressa proibindo o restabelecimento, não pode a alienante concorrer com o estabelecimento alienado.**
- E) Não se pode falar em concorrência; o que se observa é que Ana empregou meio fraudulento para desviar, em proveito próprio, clientela que já era sua.**

## 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 52.** Marta adquiriu de Ana um salão de beleza com determinado nome de fantasia. Quatro meses após alienação desse estabelecimento empresarial, Ana inaugurou, na mesma rua, a 200 metros do estabelecimento alienado, um novo salão de beleza com nome de fantasia semelhante ao anterior. Questionada por Marta, Ana alegou não haver, no documento da transação, cláusula contratual proibindo o estabelecimento de novo salão de beleza no local. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

**Comentários Único:** “Art. 1.147, CC: **Não havendo autorização expressa**, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência”.

# 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

## Alienação do estabelecimento: Trespasse

- Vamos lembrar do 1.142 do CC: “Considera-se estabelecimento todo **complexo de bens organizado**, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária”
- Agora vamos combiná-lo com o artigo 90 do CC: “Art. 90. Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária. Parágrafo único. **Os bens que formam essa universalidade podem ser objeto de relações jurídicas próprias.**”
- Também com o 1.143, CC: “Art. 1.143. **Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios** jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza”.
- Ele pode ser objeto de negociação!

# 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

## Potenciais problemas jurídicos

- Potencial problema: fraude contra os credores da empresa alienante
  - “Art. 1.145. Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a **eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expreso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.**”
    - O adquirente suporta grandes riscos, pois, se a formalidade não é cumprida, ele pode perder o estabelecimento para os credores
  - “Art. 1.146. **O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento** dos débitos anteriores à transferência, **desde que regularmente contabilizados**, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.”
    - Cumpridas as formalidades, a dívida não morre, mas ele a conhece!

# 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

## Sucessão trabalhista e tributária

- Não vale pra tudo...
  - Pelo art. 448 da CLT, **as mudanças na propriedade da empresa não afetam os contratos de trabalho**. O empregado pode demandar contra o alienante ou contra o adquirente do estabelecimento.
  - Pelo 133 do CTN, **ocorrerá sucessão tributária** se o **adquirente continuar explorando**, no local, **idêntica atividade econômica do alienante**. Se alterar o ramo de atividade do estabelecimento, não responde mais pelas dívidas fiscais do alienante.

Pode penhorar estabelecimento?

**Súmula 451 – STJ: É legítima a penhora da sede do estabelecimento comercial.**

## 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 53.** Do ponto de vista jurídico, entende-se por atividade bancária a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios em moeda nacional ou estrangeira. Por contrato bancário, entende-se aquele em que um dos contratantes é um banco. Com relação aos contratos bancários, assinale a opção correta.

A) O contrato bancário compreendido como **operação passiva** é aquele que torna o cliente devedor do banco, a exemplo dos contratos de mútuo bancário, que, dessa natureza, são os mais comuns.

**Comentários:** ERRADO. Contrato de operação passiva é o que torna o BANCO devedor, como no depósito bancário.



## 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 53.** Do ponto de vista jurídico, entende-se por atividade bancária a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios em moeda nacional ou estrangeira. Por contrato bancário, entende-se aquele em que um dos contratantes é um banco. Com relação aos contratos bancários, assinale a opção correta.

**B) O contrato de alienação fiduciária em garantia é classificado como contrato bancário impróprio e **só pode ter como objeto bem móvel.****

**Comentários: ERRADO.** Não há a limitação de ser bem móvel. Súmula 28 do STJ – “O contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor”. Não há restrições sobre bem móvel no texto da súmula. Além disso: Lei 9.514/97: “Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa **imóvel** e dá outras providências”

# 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 53.** Do ponto de vista jurídico, entende-se por atividade bancária a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios em moeda nacional ou estrangeira. Por contrato bancário, entende-se aquele em que um dos contratantes é um banco. Com relação aos contratos bancários, assinale a opção correta.

**C) O mútuo bancário é contrato real, tendo em vista que se aperfeiçoa com a entrega do dinheiro objeto do empréstimo pelo banco ao mutuário.**

**Comentários:** **CORRETA.** O mútuo bancário é contrato real, que tem peculiaridades por envolver instituição financeira, devido à taxa de juros. “Art. 586. O mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis. O mutuário é obrigado a restituir ao mutuante o que dele recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade”.

## 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 53.** Do ponto de vista jurídico, entende-se por atividade bancária a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios em moeda nacional ou estrangeira. Por contrato bancário, entende-se aquele em que um dos contratantes é um banco. Com relação aos contratos bancários, assinale a opção correta.

**D) O arrendamento mercantil é espécie legal de contrato de mútuo** que permite ao mutuário, ao término do contrato, adquirir o bem objeto do contrato, desde que pague um valor residual, que pode ser amortizado no decorrer do contrato, caso tenha havido a intenção preliminar de adquiri-lo ou restituí-lo ao término do contrato de mútuo.

**Comentários: ERRADO.** O leasing (arrendamento mercantil) é contrato misto que se assemelha à locação, com opção de compra e venda a seu término. Não é espécie de mútuo.

## 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 53.** Do ponto de vista jurídico, entende-se por atividade bancária a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios em moeda nacional ou estrangeira. Por contrato bancário, entende-se aquele em que um dos contratantes é um banco. Com relação aos contratos bancários, assinale a opção correta.

E) Em determinado contrato de mútuo bancário, a imposição de **performance bonde significa que o mutuário confere ao dinheiro vinculação específica** definida em contrato.

Comentários: **ERRADO. Performance Bond é espécie de garantia**, não significa a vinculação específica. Exemplo do direito administrativo: “Performance bond é uma espécie de seguro-garantia de origem norte americana, utilizada no Direito Administrativo brasileiro como forma de assegurar a plena execução do contrato. (...) No caso do seguro-garantia, também conhecido na linguagem empresarial como Performance bond, uma seguradora passa a garantir a realização completa do objeto do contrato ou paga à Administração o necessário para ela mesma realize, ou ainda, transfira à terceiro” [http://ww3.lfg.com.br/artigo/20080901193850567\\_direito-administrativo\\_que-se-entende-por-quotperformance-bondquot.html](http://ww3.lfg.com.br/artigo/20080901193850567_direito-administrativo_que-se-entende-por-quotperformance-bondquot.html)

# 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 54.** Assinale a opção correta no que se refere ao direito da propriedade industrial.

**A)** Se um pesquisador desenvolve método de diagnóstico para aplicação no corpo humano, completamente desconhecido da comunidade técnica, científica e industrial, ele deve patentear esse método, para evitar plágio.

**Comentários: ERRADO.** O item não é patenteável. Lei 9279/96: “Art. 10. Não se considera invenção nem modelo de utilidade: VIII - técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal”

# 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 54.** Assinale a opção correta no que se refere ao direito da propriedade industrial.

B) O modelo de utilidade, conhecido como design ou desenho industrial, **suscetível de registro** no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, corresponde a um novo formato dado a objeto original que resulta em melhores condições de uso ou fabricação.

**Comentários:** ERRADO. O modelo de utilidade é espécie de patente (Art. 9º **É patenteável como modelo de utilidade** o objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação).

Porém é diferente do **desenho industrial, que é registrável** no INPI (Art. 95. Considera-se desenho industrial a forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa e que possa servir de tipo de fabricação industrial.).

# 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 54.** Assinale a opção correta no que se refere ao direito da propriedade industrial.

**C)** A patenteabilidade das invenções está sujeita aos requisitos da novidade, atividade inventiva e aplicação industrial e à inexistência de impedimento legal com relação à invenção.

**Comentários:** **CORRETO.** Art. 8º É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

**Art. 10.** traz a proibição legal de patentes: “Não se considera invenção nem modelo de utilidade: I - descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos; II - concepções puramente abstratas; III - esquemas, planos, princípios ou métodos comerciais, contábeis, financeiros, educativos, publicitários, de sorteio e de fiscalização; IV - as obras literárias, arquitetônicas, artísticas e científicas ou qualquer criação estética; V - programas de computador em si; VI - apresentação de informações; VII - regras de jogo; VIII - técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal; e IX - o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos naturais”

# 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 54.** Assinale a opção correta no que se refere ao direito da propriedade industrial.

**D)** No Brasil, o registro de qualquer marca tem como requisito a novidade absoluta.

**Comentários:** ERRADO. Não há tal requisito. Art. 122. São suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, não compreendidos nas proibições legais.



# 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 54.** Assinale a opção correta no que se refere ao direito da propriedade industrial.

**E) O registro de uma marca tem como efeito o surgimento de direito real em favor do seu titular, que não é suscetível de caducidade e não se extingue com o decurso do tempo nem por falta de uso.**

**Comentários: ERRADO.** Os direitos de propriedade industrial são considerados bens móveis (Art. 5º Consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, os direitos de propriedade industrial). Ainda, se extingue com o decurso do tempo (Art. 133. O registro da marca vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da concessão do registro, prorrogável por períodos iguais e sucessivos.) e pode caducar por falta de uso (Art. 143 - Caducará o registro, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 (cinco) anos da sua concessão, na data do requerimento).

## 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 55.** Nos termos do art. 887 do Código Civil, o título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preenche os requisitos da lei. A respeito da teoria geral dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

**A)** Os títulos de crédito são atos jurídicos unilaterais que contêm direito autônomo, o qual se revela mais fortemente no momento em que o título circula.

**Comentários:** **CORRETA.**

## 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 55.** Nos termos do art. 887 do Código Civil, o título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preenche os requisitos da lei. A respeito da teoria geral dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

**B)** Tendo em vista a simplicidade que caracteriza os títulos de crédito e as regras gerais introduzidas pelo Código Civil a esse respeito, a cartularidade deixou de ser pressuposto para a eficácia legal desses títulos.

**Comentários:** ERRADO. O princípio da cartularidade indica que o crédito deve estar materializado em um documento (título) para que possa ser transmitido. **Não se fala em exigibilidade do crédito sem a apresentação do documento. Apesar de não ser absoluto, especialmente com a mitigação gerada pelo aumento da importância de documentos eletrônicos** (art. 889, CC: Deve o título de crédito conter a data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere, e a assinatura do emitente. § 3º O título poderá ser emitido a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e que constem da escrituração do emitente, observados os requisitos mínimos previstos neste artigo.), ele não deixou de ser pressuposto para a eficácia dos títulos.

## 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 55.** Nos termos do art. 887 do Código Civil, o título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preenche os requisitos da lei. A respeito da teoria geral dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

**C)** Entende-se por independência ou autonomia do título de crédito - termos sinônimos - que ele não guarda relação com o contrato que lhe deu origem.

**Comentários: ERRADO.** Não são sinônimos: independência indica que o título vale por si só, não precisando de complemento para ser exigível. Já a autonomia significa que o vício em uma das relações envolvendo o título não compreende as demais. Assim, por exemplo, vícios eventuais no endosso, aval ou outros atos não atingem demais obrigações assumidas no título.

## 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 55.** Nos termos do art. 887 do Código Civil, o título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preenche os requisitos da lei. A respeito da teoria geral dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

**D) A abstração - princípio absoluto** dos títulos de crédito - é característica que serve à autonomia desses títulos e que é fundamental para a sua circulação.

**Comentários: ERRADO.** Raramente um princípio é absoluto. A abstração (princípio segundo o qual o título de crédito se desvincula do negócio jurídico que lhe deu origem a partir da circulação) também não o é, cabendo, por exemplo, exceção ao portador do título que fez parte da relação original, que pode utilizar exceção pessoal para se desvincular do título.

**“Art. 916 do Código Civil: As exceções, fundadas em relação do devedor com os portadores precedentes, somente poderão ser por ele opostas ao portador, se este, ao adquirir o título, tiver agido de má-fé”**

## 2009 - TRF 1 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 55.** Nos termos do art. 887 do Código Civil, o título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preenche os requisitos da lei. A respeito da teoria geral dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

**E) Os princípios aplicáveis aos títulos de crédito são absolutos, assim entendidos na doutrina e na jurisprudência como forma de dar credibilidade ao título que circula.**

**Comentários: ERRADO.** Novamente, não há princípios absolutos nos títulos de crédito.

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 51:** Assinale a opção correta acerca do direito da empresa.

**A) O termo empresa não se refere à pessoa jurídica, mas à atividade econômica que tem por função organizar a produção ou circulação de bens ou serviços.**

**Comentários:** **CORRETO.** Conceito retirado do art. 966 (abaixo).

**Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.**

**Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.**

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 51:** Assinale a opção correta acerca do direito da empresa.

**B) O termo empresário refere-se ao sócio da sociedade empresária.**

**Comentários:** ERRADO. Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.



## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 51:** Assinale a opção correta acerca do direito da empresa.

**C) Em regra, as sociedades empresárias e as simples devem-se registrar perante a junta comercial.**

**Comentários: ERRADO. Art. 1.150. O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.**

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 51:** Assinale a opção correta acerca do direito da empresa.

**D) O profissional liberal desempenha, via de regra, atividade empresária, mesmo que não empregue terceiros.**

**Comentários:** ERRADO. Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

**Parágrafo único.** Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 51:** Assinale a opção correta acerca do direito da empresa.

**E)** Após o Código Civil de 2002, que adotou a teoria da empresa, não se pode mais falar em autonomia do direito comercial.

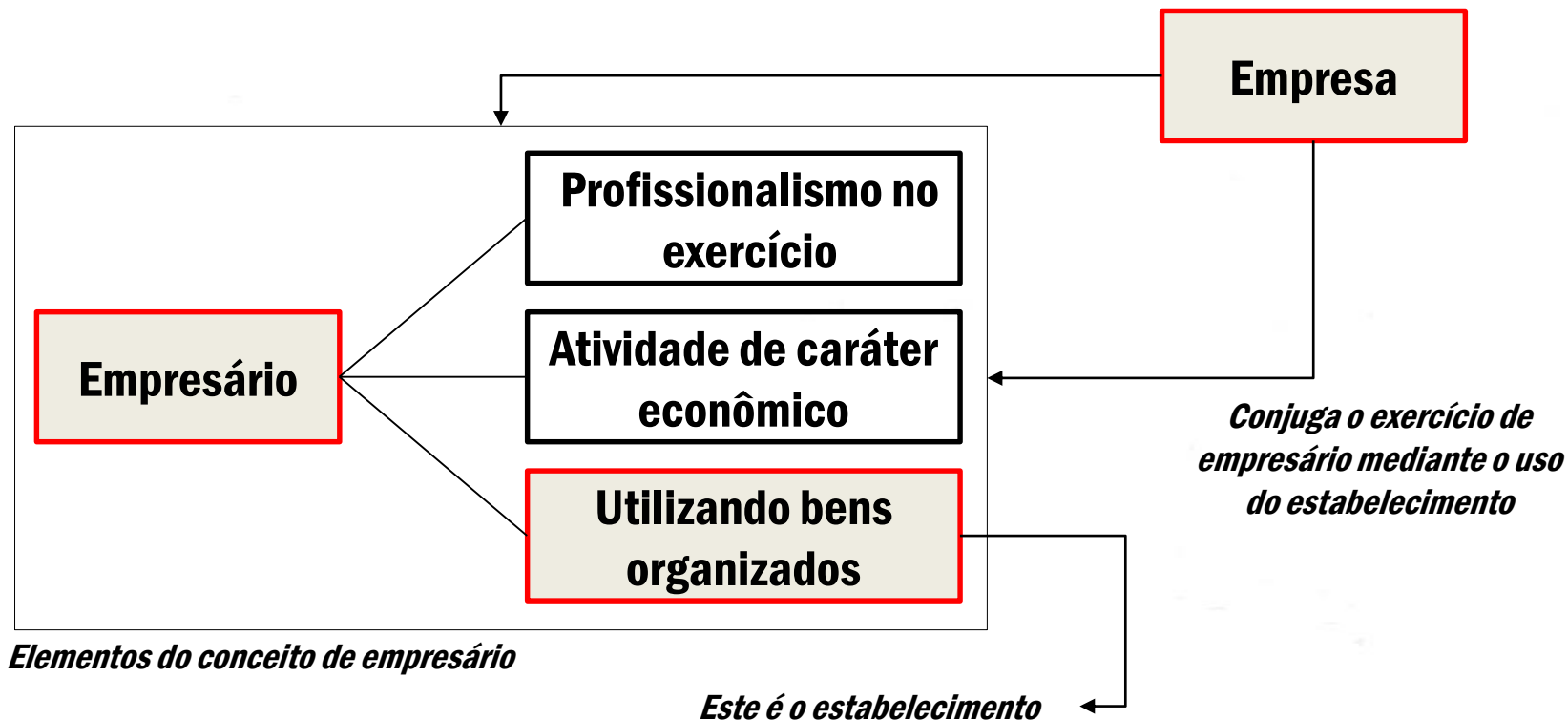
**Comentários:** ERRADO. O Direito comercial é ramo autônomo, e, apesar de não conter um código próprio, é regulado por diversas leis esparsas.

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

E a gente com essa teoria italiana da empresa?

- No que importa e sem muitos detalhes, o Brasil teve um Código Comercial datado de 1850, este empregava a teoria dos atos do comércio.
- Esse regime jurídico durou até a promulgação do Novo **Código Civil de 2002**, que unificando as matérias de direito privado, **revoga o Código Comercial**, trazendo um capítulo exclusivo ao Direito de Empresa, baseado em uma única faceta da teoria italiana, o **perfil funcional**.
- Portanto, no atual direito brasileiro, **tecnicamente** é mais adequado falarmos em **Direito Empresarial** e não mais Comercial.

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)



## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 52.** Com relação ao direito societário, assinale a opção correta.

**A) Cônjuges não podem contratar sociedade empresarial entre si quando casados sob o regime de participação final nos aquestos.**

**Comentários: ERRADO. Art. 977, CC. Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.**

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 52. Com relação ao direito societário, assinale a opção correta.**

**B) O administrador da sociedade empresária não responde por prejuízos causados em virtude de atos culposos cometidos na gestão da sociedade.**

**Comentários: ERRADO. Art. 1.016. Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.**

**“Diferenciar obrigações de meio e obrigações de fim”**

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 52.** Com relação ao direito societário, assinale a opção correta.

**C) O empresário rural deve-se registrar perante a junta comercial.**

**Comentários: ERRADO. Art. 971. O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.**



## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 52.** Com relação ao direito societário, assinale a opção correta.

**D)** Nas sociedades de pessoas, a interdição de um dos sócios faz que este seja automaticamente excluído da sociedade.

**Comentários:** ERRADO. Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 52.** Com relação ao direito societário, assinale a opção correta.

**E) Uma sociedade empresarial administrada por norteamericanos e com capital social holandês, contratada por iranianos e libaneses residentes na Inglaterra, deve ser considerada nacional se for registrada e mantiver sede no Brasil, além de seguir as leis brasileiras.**

**Comentários:** **CORRETA.** Art. 1.126. É nacional a sociedade organizada de conformidade com a lei brasileira e que tenha no País a sede de sua administração.

**Parágrafo único.** Quando a lei exigir que todos ou alguns sócios sejam brasileiros, as ações da sociedade anônima revestirão, no silêncio da lei, a forma nominativa. Qualquer que seja o tipo da sociedade, na sua sede ficará arquivada cópia autêntica do documento comprobatório da nacionalidade dos sócios.

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

“Art. 972. Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem **em pleno gozo da capacidade civil** e não forem legalmente impedidos”.

Fora do pleno gozo da plena capacidade civil: “Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, **continuar** a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança”.

Temos então 2 situações diferentes:

1. Incapaz menor de idade
2. Incapacidade superveniente

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

Fora do pleno gozo da plena capacidade civil: “Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, **continuar** a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança”.

### 1. Incapaz menor de idade

- Essa possibilidade decorre da ausência ou falecimento dos pais.
- A lei garante que ele pode **CONTINUAR** o negócio, representado ou assistido.
- O § 1º do 974 prevê a necessidade de autorização judicial para tanto.

# 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

Fora do pleno gozo da plena capacidade civil: “Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, **continuar** a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança”.

## 1. Incapaz menor de idade

- Outra situação diferente é a de **COMEÇAR** um novo negócio, se o menor (16-18) for emancipado ele pode se enquadrar perfeitamente nos requisitos do 966, lembrando que, essa emancipação **não depende de provimento judicial**.
  - Enunciado 197 do CJF – Arts. 966, 967 e 972: A pessoa natural, maior de 16 e menor de 18 anos, é reputada empresário regular se satisfizer os requisitos dos arts. 966 e 967.
  - Enunciado 221 do CJF – Art. 1.028: Diante da possibilidade de o contrato social permitir o ingresso na sociedade do sucessor de sócio falecido, ou de os sócios acordarem com os herdeiros a substituição de sócio falecido, sem liquidação da quota em ambos os casos, é lícita a participação de menor em sociedade limitada, estando o capital integralizado, em virtude da inexistência de vedação no Código Civil.

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**Fora do pleno gozo da plena capacidade civil: “Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, **continuar** a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança”.**

### **2. Incapacidade superveniente**

- **Análogo ao menor de idade que vai continuar um negócio, mediante autorização judicial, está ok!**
  - **Enunciado 203 do CJF – Art. 974: O exercício da empresa por empresário incapaz, representado ou assistido somente é possível nos casos de incapacidade superveniente ou incapacidade do sucessor na sucessão por morte.**

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 53.** Antônio emitiu, em 13/10/2009, cheque no valor nominal de R\$ 3.000,00 para pagar móveis encomendados ao seu marceneiro Luís, fabricados com a ajuda de Marcos. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

A) Mesmo que Antônio risque no cheque a expressão "ou à sua ordem", Luís pode endossar esse título.

**Comentários:** ERRADO. É possível entender que, ao riscar a expressão "à ordem", **Antonio demonstrou que não admitia o endosso**, encaixando-se na hipótese do art. 17, p. único, que traz a expressão "ou outra equivalente".

**Lei 7.357/85 (lei do cheque).** "Art. 17 O cheque pagável a pessoa nomeada, com ou sem cláusula expressa "à ordem", é transmissível por via de endosso. § 1º O cheque pagável a pessoa nomeada, com a cláusula "não à ordem", ou outra equivalente, só é transmissível pela forma e com os efeitos de cessão".

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 53.** Antônio emitiu, em 13/10/2009, cheque no valor nominal de R\$ 3.000,00 para pagar móveis encomendados ao seu marceneiro Luís, fabricados com a ajuda de Marcos. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

**B) Se Luís endossar o cheque para Marcos, este pode cobrar o cheque de Antônio na hipótese de este ter sustado o título por desacordo com Luís.**

**Comentários: ERRADO. “Art. 36. Mesmo durante o prazo de apresentação, o emitente e o portador legitimado podem fazer sustar o pagamento, manifestando ao sacado, por escrito, oposição fundada em relevante razão de direito”**



## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 53.** Antônio emitiu, em 13/10/2009, cheque no valor nominal de R\$ 3.000,00 para pagar móveis encomendados ao seu marceneiro Luís, fabricados com a ajuda de Marcos. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

**C) Caso Marcos receba o cheque por endosso, pode proibir novo endosso, o que de fato impedirá tal ato.**

**Comentários: ERRADO.** Ele poderá proibir novo endosso, porém o efeito não é o da invalidação, mas sua desobrigação se ele se concretizar: “Art. 21. Salvo estipulação em contrário, o endossante garante o pagamento. Parágrafo único - Pode o endossante proibir novo endosso; neste caso, **não garante o pagamento** a quem seja o cheque posteriormente endossado”.

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 53.** Antônio emitiu, em 13/10/2009, cheque no valor nominal de R\$ 3.000,00 para pagar móveis encomendados ao seu marceneiro Luís, fabricados com a ajuda de Marcos. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

**D) Luís pode apresentar o cheque ao sacado, pedindo que lance no verso do título declaração de que a quantia ali indicada está reservada em seu benefício durante o prazo de apresentação do título, qualificando-o como cheque visado.**

**Comentários:** **CORRETA.** “Art. 7º. Pode o sacado, a pedido do emitente ou do portador legitimado, lançar e assinar, no verso do cheque não ao portador e ainda não endossado, visto, certificação ou outra declaração equivalente, datada e por quantia igual à indicada no título.

§ 1º A aposição de visto, certificação ou outra declaração equivalente **obriga o sacado a debitar à conta do emitente a quantia indicada no cheque e a reservá-la em benefício do portador** legitimado, durante o prazo de apresentação, sem que fiquem exonerados o emitente, endossantes e demais coobrigados. § 2º - O sacado creditará à conta do emitente a quantia reservada, uma vez vencido o prazo de apresentação; e, antes disso, se o cheque lhe for entregue para inutilização”.

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 53.** Antônio emitiu, em 13/10/2009, cheque no valor nominal de R\$ 3.000,00 para pagar móveis encomendados ao seu marceneiro Luís, fabricados com a ajuda de Marcos. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

**E) Terceiro pode vir a avalizar o cheque emitido por Antônio, condicionando a garantia à entrega dos móveis a contento.**

**Comentários: ERRADO.** Não há esta condição. “Art. 31 O avalista se obriga da mesma maneira que o avaliado. Subsiste sua obrigação, ainda que nula a por ele garantida, salvo se a nulidade resultar de vício de forma”.

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 54.** Assinale a opção correta quanto ao contrato de alienação fiduciária em garantia.

A) **Somente** bem móvel pode ser objeto do contrato.

**Comentários:** ERRADO. Lei 9.514/97: “Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa **imóvel** e dá outras providências”

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 54.** Assinale a opção correta quanto ao contrato de alienação fiduciária em garantia.

**B)** A mora do fiduciante autoriza a ação de reintegração de posse.

**Comentários:** ERRADO. A ação cabível não é a reintegração de posse, mas a **busca e apreensão**. “Art. 3º: O Proprietário Fiduciário ou credor, poderá requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, desde que comprovada a mora ou o inadimplemento do devedor”

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 54.** Assinale a opção correta quanto ao contrato de alienação fiduciária em garantia.

**C)** Requerida a busca e apreensão do bem móvel alienado fiduciariamente, o fiduciante pode emendar a mora.

**Comentários:** ERRADO. Art. 3º, §2º: No prazo do § 1º (5 dias após executada a liminar de busca e apreensão) **o devedor fiduciante poderá pagar a integralidade da dívida pendente**, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus.

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 54.** Assinale a opção correta quanto ao contrato de alienação fiduciária em garantia.

**D) No caso de veículos, a propriedade fiduciária só se constitui após o registro do contrato na repartição competente para o licenciamento, procedendo-se à anotação no certificado de registro.**

**Comentários: CORRETA. 1.361, § 1º, do CC: Constitui-se a propriedade fiduciária com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, ou, em se tratando de veículos, na repartição competente para o licenciamento, fazendo-se a anotação no certificado de registro.**

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 54.** Assinale a opção correta quanto ao contrato de alienação fiduciária em garantia.

**E)** O referido contrato também é conhecido pelo termo leasing.

**Comentários:** ERRADO. Sinônimo de leasing é arrendamento mercantil, e não a alienação fiduciária.



## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 55.** A respeito de liquidação extrajudicial, assinale a opção correta.

**A) Cooperativas de crédito **não** se sujeitam à liquidação extrajudicial.**

**Comentários: ERRADO. Se sujeitam. Art. 1º da lei 6.024/74: As instituições financeiras privadas e as públicas não federais, assim como as cooperativas de crédito, estão sujeitas, nos termos desta Lei, à intervenção ou à liquidação extrajudicial, em ambos os casos efetuada e decretada pelo Banco Central do Brasil, sem prejuízo do disposto nos artigos 137 e 138 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, ou à falência, nos termos da legislação vigente.**

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 55.** A respeito de liquidação extrajudicial, assinale a opção correta.

**B)** A liquidação extrajudicial não pode ser decretada de ofício.

**Comentários:** ERRADO. “Art. 3º A intervenção **será decretada ex officio pelo Banco Central do Brasil**, ou por solicitação dos administradores da instituição - se o respectivo estatuto lhes conferir esta competência - com indicação das causas do pedido, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal em que incorrerem os mesmos administradores, pela indicação falsa ou dolosa.”

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 55.** A respeito de liquidação extrajudicial, assinale a opção correta.

**C) A liquidação extrajudicial não interfere nos bens particulares dos administradores da liquidanda.**

**Comentários: ERRADO. Art. 36. Os administradores das instituições financeiras em intervenção, em liquidação extrajudicial ou em falência, ficarão com todos os seus bens indisponíveis não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até apuração e liquidação final de suas responsabilidades.**

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 55.** A respeito de liquidação extrajudicial, assinale a opção correta.

**D)** A decretação da liquidação extrajudicial é ato privativo da autoridade judicial.

**Comentários:** ERRADO. “Extrajudicial”: decretada pelo Banco Central. Art. 1º da lei 6.024/74: As instituições financeiras privadas e as públicas não federais, assim como as cooperativas de crédito, estão sujeitas, nos termos desta Lei, à intervenção ou à liquidação **extrajudicial**, em ambos os casos **efetuada e decretada pelo Banco Central do Brasil**, sem prejuízo do disposto nos artigos 137 e 138 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, ou à falência,, nos termos da legislação vigente.

## 2009 - TRF 2 (Questões 51 a 55)

**QUESTÃO 55.** A respeito de liquidação extrajudicial, assinale a opção correta.

**E) A decretação da liquidação extrajudicial produz o vencimento antecipado das obrigações da liquidanda.**

**Comentários: CORRETA.** “Art. 18. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos: b) vencimento antecipado das obrigações da liquidanda”

## 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

**QUESTÃO 49.** A respeito de propriedade industrial, assinale a opção correta.

**A)** Entre os requisitos de patenteabilidade, inclui-se o da economicidade.

**Comentários:** ERRADO. Não há este requisito explícito. Art. 8º, lei 9279/96. É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de **novidade, atividade inventiva e aplicação industrial**.

## 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

**QUESTÃO 49.** A respeito de propriedade industrial, assinale a opção correta.

**B) O direito industrial brasileiro impede a patente de quaisquer organismos vivos transgênicos.**

**Comentários: ERRADO. Art. 18. Não são patenteáveis: III - o todo ou parte dos seres vivos, **exceto** os microorganismos transgênicos que atendam aos três requisitos de patenteabilidade - novidade, atividade inventiva e aplicação industrial - previstos no art. 8º e que não sejam mera descoberta. Parágrafo único. Para os fins desta Lei, microorganismos transgênicos são organismos, exceto o todo ou parte de plantas ou de animais, que expressem, mediante intervenção humana direta em sua composição genética, uma característica normalmente não alcançável pela espécie em condições naturais.**

## 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

**QUESTÃO 49.** A respeito de propriedade industrial, assinale a opção correta.

**C)** De acordo com o princípio da especificidade, a proteção da marca registrada é restrita, **via de regra**, à classe dos produtos ou serviços a que pertence o objeto marcado.

**Comentários:** CORRETA. Tem proteção em todos os ramos de atividade **apenas a marca de alto renome**. “Art. 125. À marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial, em todos os ramos de atividade”



## 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

QUESTÃO 49. A respeito de propriedade industrial, assinale a opção correta.

D) O titular de uma patente **tem o direito de impedir** terceiros de produzir, em caráter privado, o produto objeto da patente, **mesmo que** não sofra, com isso, prejuízos econômicos e que não haja, por parte do terceiro, finalidade comercial.

Comentários: ERRADO. Art. 42. A patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com estes propósitos: I - produto objeto de patente; II - processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado.

Art. 43. **O disposto no artigo anterior não se aplica:**

I - aos atos praticados por terceiros não autorizados, em **caráter privado e sem finalidade comercial**, desde que não acarretem prejuízo ao interesse econômico do titular da patente

## 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

**QUESTÃO 49.** A respeito de propriedade industrial, assinale a opção correta.

E) O direito de propriedade intelectual, se exercido ininterruptamente pelo seu titular, **não caduca**.

**Comentários:** ERRADO. “Art. 40. A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 (quinze) anos contados da data de depósito”.

## 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

**QUESTÃO 50.** A respeito de títulos de crédito, é correto afirmar que:

**A) a cambial emitida ou aceita com omissões não pode ser completada pelo credor de boa-fé antes da cobrança ou do protesto.**

**Comentários:** ERRADO. Súmula nº 387 do STF, "A cambial emitida ou aceita com omissões, ou em branco, **pode ser completada pelo credor de boa fé** antes da cobrança ou do protesto."

## 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

**QUESTÃO 50.** A respeito de títulos de crédito, é correto afirmar que:

**B)** a cláusula "não à ordem", lançada no título de crédito, **impede a circulação** do crédito.

**Comentários: ERRADO.** Não impede a circulação, porém esta passa a ser regida pelas regras da cessão de crédito, ao invés das regras do endosso. Lei 7.357/85 (lei do cheque) “Art. 17 O cheque pagável a pessoa nomeada, com ou sem cláusula expressa “à ordem”, é transmissível por via de endosso. § 1º O cheque pagável a pessoa nomeada, com a cláusula “não à ordem”, ou outra equivalente, só é transmissível pela forma e com os efeitos de cessão”.

## 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

**QUESTÃO 50.** A respeito de títulos de crédito, é correto afirmar que:

**C) a duplicata, por ser título de crédito causal, não comporta endosso.**

**Comentários: ERRADO.** A duplicata comporta endosso (ato cambial de transferência do título de crédito), e segue as regras da letra de câmbio (lei 57.663/66).

## 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

**QUESTÃO 50.** A respeito de títulos de crédito, é correto afirmar que:

**D) o aval é o ato cambiário por meio do qual uma pessoa, o avalista, compromete-se a pagar o título de crédito nas mesmas condições que um devedor desse título, o avalizado.**

**Comentários: CORRETO.** Conceito: “Aval é o ato cambiário decorrente de uma manifestação unilateral de vontade pela qual uma pessoa natural ou jurídica, denominada AVALISTA, se compromete a pagar título de crédito nas mesmas condições que um devedor ou codevedor de um título (AVALIZADO) com a finalidade de reforçar o pagamento”.

## 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

**QUESTÃO 50.** A respeito de títulos de crédito, é correto afirmar que:

**E) o prazo prescricional do cheque é de seis meses a contar da data da sua emissão.**

**Comentários: ERRADO. O prazo é contado da data de APRESENTAÇÃO, não da EMISSÃO! (cai bastante). Art. 59 da lei do cheque: Prescrevem em 6 (seis) meses, contados da expiração do prazo de apresentação, a ação que o art. 47 desta Lei assegura ao portador.**

## 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

**QUESTÃO 51.** Julgue os itens a seguir, relativos a direito societário.

**I - De acordo com o Código Civil, a sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, de seus atos constitutivos.**

**Comentários: CORRETA. Art. 985, CC: A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos.**



# 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

**QUESTÃO 51.** Julgue os itens a seguir, relativos a direito societário.

**II - Uma das mais importantes distinções entre as sociedades civis e as sociedades comerciais é a possibilidade de essas últimas pedirem falência, enquanto aquelas se submetem à insolvência civil.**

**Comentários: CORRETA.** Conforme a Lei 11.101/05 “Art. 1º Esta Lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do **empresário e da sociedade empresária**, doravante referidos simplesmente como devedor”

## 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

**QUESTÃO 51.** Julgue os itens a seguir, relativos a direito societário.

**III - Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio restringe-se ao valor de suas quotas, mas há solidariedade pela integralização do capital social.**

**Comentários: CORRETA. “Art. 1.052, CC: Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social”.**

## 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

**QUESTÃO 51.** Julgue os itens a seguir, relativos a direito societário.

**IV - A desconsideração da personalidade jurídica não extingue a pessoa jurídica; apenas suspende episodicamente sua autonomia.**

**Comentários: CORRETA. – Aqui deve-se considerar a autonomia patrimonial.**

## 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

**QUESTÃO 51.** Julgue os itens a seguir, relativos a direito societário.

**V - Entre outras características, a sociedade de pessoas diferencia-se da sociedade de capital pelo fato de que nesta se usa razão social, e não denominação.**

**Comentários: ERRADO. “Art. 1.160. A sociedade anônima (de capital) opera sob denominação designativa do objeto social, integrada pelas expressões "sociedade anônima" ou "companhia", por extenso ou abreviadamente”.**

# 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

**QUESTÃO 52:** Com relação ao direito empresarial, julgue os itens seguintes.

**I - A regra, no sistema jurídico brasileiro, é a da divisão patrimonial entre sócio e empresa. No entanto, em termos de obrigação tributária, o sócio-gerente pode ser responsabilizado pessoalmente, bastando a constatação de inadimplemento tributário da empresa.**

**Comentários: ERRADO. O STJ entende diferente.**

**PROCESSUAL CIVIL - VIOLAÇÃO DO ART. 515 DO CPC - INEXISTÊNCIA - TRIBUTÁRIO - SÓCIO-GERENTE - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - NATUREZA SUBJETIVA - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL - PRECEDENTES - DISSOLUÇÃO IRREGULAR - RESPONSABILIDADE DO SÓCIO MINORITÁRIO: IMPOSSIBILIDADE - PRECEDENTES.**

## 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

**QUESTÃO 52:** Com relação ao direito empresarial, julgue os itens seguintes.

**II - O processo e o julgamento das causas em que são partes instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial competem à justiça estadual, a menos que a União, suas entidades autárquicas ou suas empresas públicas sejam interessadas, na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes.**

**Comentários:** CORRETO. COMPETÊNCIA. CONSÓRCIO. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. Compete a Justiça Estadual o processo e julgamento de causa em que figure como parte empresa administradora de consorcio em regime de liquidação extrajudicial. Conflito conhecido, declarando-se a competencia do juizo de direito. (STJ; CC 5330; RJ; Segunda Seção; Rel. Min. Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite; Julg. 08/09/1993; DJU 11/10/1993; pág. 21277). Devendo-se ler essa decisão á luz do art. 109, I, da CF/88 (aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

# 2009 - TRF 5 (Questões 49 a 52)

**QUESTÃO 52:** Com relação ao direito empresarial, julgue os itens seguintes.

**III - As juntas comerciais são órgãos federais.**

**Comentários: ERRADO. São órgãos estaduais. Lei 8.934/94, “Art. 3º Os serviços do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins serão exercidos, em todo o território nacional, de maneira uniforme, harmônica e interdependente, pelo Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis (Sinrem), composto pelos seguintes órgãos: II - as Juntas Comerciais, como órgãos locais, com funções executora e administradora dos serviços de registro”.**

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**53. A lei que dispõe sobre as sociedades por ações reconhece como essencial o direito de o acionista:**

- A) participar do acervo da companhia em caso de liquidação e fiscalizar as deliberações da assembleia geral.**
- B) fiscalizar a gestão dos negócios sociais e retirar-se da sociedade nos casos previstos em lei.**
- C) fiscalizar a gestão dos diretores e participar do acervo da companhia, em caso de liquidação.**
- D) participar dos aumentos de capital decorrentes de correção monetária e fiscalizar a observância da convenção do grupo.**
- E) participar das decisões da política financeira ou operacional da investida e dos lucros sociais.**

**Comentário Único: O artigo 198 da LSA prevê os direitos essenciais:**

**Art. 109. Nem o estatuto social nem a assembleia-geral poderão privar o acionista dos direitos de:**

**I - participar dos lucros sociais;**

**II - participar do acervo da companhia, em caso de liquidação;**

**III - fiscalizar, na forma prevista nesta Lei, a gestão dos negócios sociais;**

**IV - preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172;**

**V - retirar-se da sociedade nos casos previstos nesta Lei.**



## 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

54. No que concerne ao SFN, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, de acordo com a CF e a legislação de regência vigente, assinale a opção correta.

A) Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter nacional e regional, respectivamente de responsabilidade da União e dos estados federados, devem ser depositados em instituições nacionais e regionais de crédito e devem ser por elas aplicados.

Comentários: ERRADA. A INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 1, DE 15 DE JANEIRO DE 1997 cuida da liberação de recursos para convênios, sendo que, tal liberação deve obedecer ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho de que trata o art. 2º desta Instrução Normativa, **guardando consonância com as fases ou etapas de execução do objeto do convênio e, ainda, obedecer às seguintes disposições:** (longo rol, diferente do texto da alternativa).

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

54. No que concerne ao SFN, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, de acordo com a CF e a legislação de regência vigente, assinale a opção correta.

B) As condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras devem atender aos interesses nacionais e aos acordos internacionais.

Comentários: ERRADA. Lei 4.131/62 – “Art. 2º Ao capital estrangeiro que se investir no País, será dispensado tratamento jurídico idêntico ao concedido ao capital nacional em igualdade de condições, **sendo vedadas quaisquer discriminações não previstas na presente lei**”.

## 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

54. No que concerne ao SFN, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, de acordo com a CF e a legislação de regência vigente, assinale a opção correta.

C) Na estrutura do SFN não se incluem as cooperativas de crédito.

Comentários: ERRADA. “Art. 192, CF - O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, **abrangendo as cooperativas de crédito**, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram”.

## 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

54. No que concerne ao SFN, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, de acordo com a CF e a legislação de regência vigente, assinale a opção correta.

D) No tratamento tributário, a instituição a ser incorporada, participante do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do SFN, deverá contabilizar como perdas os valores dos créditos de difícil recuperação, observadas, para esse fim, as normas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Comentários: **CORRETA.** O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER foi um programa brasileiro implementado no governo Fernando Henrique Cardoso que teve por finalidade a recuperação instituições financeiras que estavam com graves problemas de caixa, o que poderia gerar uma crise econômica sistêmica. O programa vigorou até 2001, quando da promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que proibiu aportes de recursos públicos para saneamento do Sistema Financeiro Nacional. O Proer foi um instrumento necessário ao impedimento de um colapso do sistema financeiro nacional. Mais info: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Programa\\_de\\_Est%C3%ADmulo\\_%C3%A0\\_Reestrutura%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_ao\\_Fortalecimento\\_do\\_Sistema\\_Financeiro\\_Nacional](http://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_de_Est%C3%ADmulo_%C3%A0_Reestrutura%C3%A7%C3%A3o_e_ao_Fortalecimento_do_Sistema_Financeiro_Nacional)

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**54. No que concerne ao SFN, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, de acordo com a CF e a legislação de regência vigente, assinale a opção correta.**

**E) As taxas de juros reais, de acordo com as comissões nelas incluídas e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12% ao ano, sendo conceituada como crime de usura a cobrança acima desse limite.**

**Comentários: ERRADA (ISSO CAI MUITO!)**

**STF Súmula nº 648 - A norma do § 3º do art. 192 da Constituição, revogada pela EC 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar.**

**STF Súmula Vinculante nº 7 - A norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar.**

**“§ 3º - As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar. (Revogado pela EC-000.040-2003)”**

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 55.** O crédito documentário é uma operação bancária consistente em uma técnica que assegura o cumprimento recíproco das obrigações na compra e venda internacional, eliminando os riscos do pagamento e da entrega da mercadoria.

Nelson Abrão. Direito bancário. In: Revista dos Tribunais, p. 133 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência temática, assinale a opção correta.

- A) Incumbe ao ordenante notificar ao beneficiário a existência da disponibilidade creditícia em seu favor.
- B) Cabe ao beneficiário fornecer ao banco a provisão necessária para que ele efetue o pagamento no exterior.
- C) A extinção das obrigações entre o banco emissor e o cliente ordenante ocorre no momento em que é pago o valor da compra.
- D) Por ordem do comprador importador, o crédito originariamente aberto pelo banco emissor em favor do exportador beneficiário não pode ser transferido ao fornecedor.
- E) A realização de crédito documentado propriamente dito ocorre no momento em que o banco emissor, ou o intermediário, em troca dos documentos descritos no contrato, e devidamente verificados, paga ou aceita a letra de câmbio contra ele sacada, ou desconta a sacada contra o comprador.

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 55.** O crédito documentário é uma operação bancária consistente em uma técnica que assegura o cumprimento recíproco das obrigações na compra e venda internacional, eliminando os riscos do pagamento e da entrega da mercadoria.

Nelson Abrão. Direito bancário. In: Revista dos Tribunais, p. 133 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência temática, assinale a opção correta.

Resposta “E”: É uma **carta de crédito** que garante o pagamento ao beneficiário, em caso de inadimplência do tomador. É uma garantia internacional em formato livre para diferentes tipos de operações. Pode ser utilizada para dar cobertura à transação comercial ou financeira e que tem como finalidade, **usualmente, prevenir uma possível falta de pagamento ou cumprimento do objeto a que a garantia se refere**. Essa carta pode ser utilizada para operações sucessivas dentro de seu prazo de validade. Podemos dizer de outra forma que **é uma ordem dada pelo importador ao seu Banco para que este, perante o Beneficiário (exportador) assuma o compromisso de pagar, aceitar ou negociar um efeito com um determinado montante** (valor da mercadoria), desde que o Beneficiário apresente os documentos exigidos, em conformidade com todos os termos definidos nesse compromisso (Carta de Crédito). Dirige-se a empresas com atividade exportadora/importadora que necessitem de realizar cobranças ou pagamentos e em que o grau de confiança entre comprador/vendedor seja muito baixo.

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 56.** De acordo com a CF, a lei assegura aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização bem como para a proteção das criações industriais, da propriedade das marcas, dos nomes de empresas e de outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país. Com relação à proteção da propriedade industrial, considerados o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país, assinale a opção correta.

\* Lei 9.279/96.

A) O titular da marca **pode** impedir que comerciantes ou distribuidores utilizem sinais distintivos que lhes sejam próprios, **juntamente com a marca do produto**, para a sua promoção e comercialização.

Comentários: ERRADA – “Art. 132. O titular da marca **não poderá**: I - impedir que comerciantes ou distribuidores utilizem sinais distintivos que lhes são próprios, **juntamente com a marca do produto**, na sua promoção e comercialização”



# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 56.** De acordo com a CF, a lei assegura aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização bem como para a proteção das criações industriais, da propriedade das marcas, dos nomes de empresas e de outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país. Com relação à proteção da propriedade industrial, considerados o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país, assinale a opção correta.

\* Lei 9.279/96.

**B) O titular fica sujeito a ter a patente licenciada compulsoriamente se exercer os direitos dela decorrentes de forma abusiva, ou por meio dela praticar abuso de poder econômico, comprovado nos termos da lei, por decisão administrativa ou judicial.**

**Comentários:** **CORRETA** – “Art. 68. O titular ficará sujeito a ter a patente licenciada compulsoriamente se exercer os direitos dela decorrentes de forma abusiva, ou por meio dela praticar abuso de poder econômico, comprovado nos termos da lei, por decisão administrativa ou judicial”.

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 56.** De acordo com a CF, a lei assegura aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização bem como para a proteção das criações industriais, da propriedade das marcas, dos nomes de empresas e de outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país. Com relação à proteção da propriedade industrial, considerados o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país, assinale a opção correta.

**\* Lei 9.279/96.**

**C) A patente de modelo de utilidade que envolva descoberta abrange as teorias científicas e métodos matemáticos, vigorando pelo prazo de vinte anos, contados da data de depósito.**

**Comentários: ERRADA** - “Art. 10. / **Não se considera** invenção nem modelo de utilidade: I - descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos”

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 56.** De acordo com a CF, a lei assegura aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização bem como para a proteção das criações industriais, da propriedade das marcas, dos nomes de empresas e de outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país. Com relação à proteção da propriedade industrial, considerados o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país, assinale a opção correta.

\* Lei 9.279/96.

**D)** A ação de nulidade poderá ser ajuizada a qualquer tempo da vigência da patente, perante a **justiça estadual**, pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ou por qualquer pessoa com legítimo interesse.

**Comentários:** ERRADA – “Art. 57. A ação de nulidade de patente será ajuizada no foro da **Justiça Federal** e o INPI, quando não for autor, intervirá no feito”.

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 56.** De acordo com a CF, a lei assegura aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização bem como para a proteção das criações industriais, da propriedade das marcas, dos nomes de empresas e de outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país. Com relação à proteção da propriedade industrial, considerados o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país, assinale a opção correta.

**\* Lei 9.279/96.**

**E) A patente de invenção deve atender aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial e vigorará pelo prazo de quinze anos, contados da data de depósito.**

**Comentários:** ERRADA – “Art. 40. A patente de invenção vigorará pelo **prazo de 20 (vinte) anos** e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 (quinze) anos contados da data de depósito”.

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 57.** No que concerne à teoria da empresa e ao direito do empresário, assinale a opção correta.

**A) O empresário casado pode alienar os imóveis que integram o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real, independentemente da outorga do cônjuge, qualquer que seja o regime de bens.**

**Comentários: CORRETA.** “Art. 978, CC: O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real”.

**\* Hoje há o enunciado 6 da I Jornada de Direito Comercial do CJP:**

**“O empresário individual regularmente inscrito é o destinatário da norma do art. 978 do Código Civil, que permite alienar ou gravar de ônus real o imóvel incorporado à empresa, desde que exista, se for o caso, prévio registro de autorização conjugal no Cartório de Imóveis, devendo tais requisitos constar do instrumento de alienação ou de instituição do ônus real, com a consequente averbação do ato à margem de sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis”**

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 57.** No que concerne à teoria da empresa e ao direito do empresário, assinale a opção correta.

**B) Define-se empresa como qualquer organização cuja finalidade seja o exercício profissional de atividade econômica, incluindo-se trabalhos de natureza intelectual, científica, literária ou artística.**

**Comentários:** ERRADA. Não se incluem os trabalhos desta natureza.

**Art. 966, CC:** Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

**Parágrafo único.** **Não se considera empresário** quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 57.** No que concerne à teoria da empresa e ao direito do empresário, assinale a opção correta.

**C) A tripartição das atividades empresariais em industriais, comerciais e agrícolas amplia o conceito de empresa, e a falta de homogeneidade das diferentes atividades não impede a comparação entre elas.**

**Comentários:** ERRADA. Há diferenças entre estas atividades.

**Art. 971, CC. O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode, observadas as formalidades de que tratam o art. 968 e seus parágrafos, requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro.**

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 57.** No que concerne à teoria da empresa e ao direito do empresário, assinale a opção correta.

**D)** As associações, diferentemente das sociedades, são embasadas exclusivamente no exercício profissional.

**Comentários:** ERRADA. A diferença está na realização de fins econômicos. Art. 53, CC: Constituem-se as **associações** pela união de pessoas que se organizem para **fins não econômicos**. Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.



# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 57.** No que concerne à teoria da empresa e ao direito do empresário, assinale a opção correta.

**E) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário pode regularizar a sua situação perante a junta comercial.**

**Comentários: ERRADA.** Tais são as disposições do CC acerca do empresário impedido: “Art. 973. A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas”.

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 58** - Assinale a opção correta com referência à recuperação judicial especial das microempresas e das empresas de pequeno porte, bem como à classificação dessas empresas.

**A) O plano especial de recuperação pode prever o parcelamento da dívida em até 48 parcelas iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente e acrescidas do percentual de 12% ao ano, com carência de duzentos dias, contados da distribuição do pedido de recuperação judicial.**

**Comentários: ERRADA. O prazo é de 36 meses. Art. 71, lei 11.101/05: O plano especial de recuperação judicial será apresentado no prazo previsto no art. 53 desta Lei e limitar-se á às seguintes condições: II - preverá parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros equivalentes à taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, podendo conter ainda a proposta de abatimento do valor das dívidas;**

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 58** - Assinale a opção correta com referência à recuperação judicial especial das microempresas e das empresas de pequeno porte, bem como à classificação dessas empresas.

**B) O devedor empresário pode requerer a recuperação especial apenas em face dos credores quirografários, excluindo-se os decorrentes do repasse de verbas oficiais e os credores titulares da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil.**

**Comentários: CORRETA. Art. 71: O plano especial de recuperação judicial será apresentado no prazo previsto no art. 53 desta Lei e limitar-se á às seguintes condições: I – abrangerá **exclusivamente os créditos quirografários**, excetuados os decorrentes de repasse de recursos oficiais e os previstos nos §§ 3o e 4o do art. 49 desta Lei;**

**\*Questão desatualizada pela LC 147/14, mudou a literalidade do dispositivo: I - abrangerá todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, excetuados os decorrentes de repasse de recursos oficiais, os fiscais e os previstos nos §§ 3o e 4o do art. 49; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)**

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 58 - Assinale a opção correta com referência à recuperação judicial especial das microempresas e das empresas de pequeno porte, bem como à classificação dessas empresas.**

**C) No que tange ao procedimento de recuperação, o juiz decretará a falência automaticamente se houver objeção de credores que representem mais de 40% dos créditos quirografários, fundamentados na falta de requisitos legais ou em razões que demonstrem que a crise é insuperável.**

**Comentários: ERRADA. Art. 72. Parágrafo único. O juiz também julgará improcedente o pedido de recuperação judicial e decretará a falência do devedor se houver objeções, nos termos do art. 55, de credores titulares **de mais da metade** de qualquer uma das classes de créditos previstos no art. 83, computados na forma do art. 45, todos desta Lei.**

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 58** - Assinale a opção correta com referência à recuperação judicial especial das microempresas e das empresas de pequeno porte, bem como à classificação dessas empresas.

**D)** São consideradas microempresas as sociedades que exerçam atividades de banco comercial, de investimentos ou de atividades de banco comercial, de investimentos ou de desenvolvimento, ou de seguros privados cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a R\$ 240.000; as empresas cujo faturamento seja superior a R\$ 240.000 até o limite de R\$ 2.400.000 são consideradas de pequeno porte.

**Comentários:** ERRADA. A LC 123 define que não pode ser considerada ME as sociedades que exerçam as atividades mencionadas.

**LC 123 “art. 3 § 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: VIII- que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar (...)”**

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**QUESTÃO 58 - Assinale a opção correta com referência à recuperação judicial especial das microempresas e das empresas de pequeno porte, bem como à classificação dessas empresas.**

**E) O pedido de recuperação judicial com base em plano especial acarreta a suspensão do curso da decadência e das ações e execuções por créditos não abrangidos pelo plano.**

**Comentários: ERRADA. Art. 71: Parágrafo único. O pedido de recuperação judicial com base em plano especial não acarreta a suspensão do curso da prescrição nem das ações e execuções por créditos não abrangidos pelo plano.**

**Lembrando que agora não é limitado aos créditos quirografários.**

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

59. A respeito dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

A) A morte do responsável cambiário constitui modalidade de transferência anômala da obrigação, que, por não possuir caráter personalíssimo, é repassada aos herdeiros, mesmo que o óbito tenha ocorrido antes do vencimento do título.

Comentários: **CORRETA** - Conforme jurisprudência do STJ:

COMERCIAL. TÍTULOS DE CRÉDITO. AVALISTA. ÓBITO ANTES DO VENCIMENTO. OBRIGAÇÃO NÃO PERSONALÍSSIMA. TRANSMISSÃO AOS HERDEIROS.

I - O aval, espécie de obrigação cambial, é autônomo em relação à obrigação do devedor principal e se constitui no momento da aposição da assinatura do avalista no título de crédito.

II - Existente a obrigação desde a emissão do título, o avalista era devedor solidário no momento do óbito, constituindo o transcurso da data do vencimento apenas requisito para a exigibilidade do montante devido.

III - **A morte do responsável cambiário é modalidade de transferência anômala da obrigação que, por não possuir caráter personalíssimo, é repassada aos herdeiros, mesmo que o óbito tenha ocorrido antes do vencimento do título.**

IV - Nos termos do artigo 255, § 2º, do RISTJ, a divergência jurisprudencial deve ser demonstrada por meio do cotejo analítico, com transcrição de trechos dos acórdãos recorrido e paradigma que exponham a similitude fática e a diferente interpretação da lei federal. Recurso especial conhecido e provido. (STJ - REsp 260004 / SP - Ministro CASTRO FILHO - T3 - DJ 18/12/2006 p. 358).

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

59. A respeito dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

B) O documento é suficiente para atestar a existência de crédito, **não havendo** nos títulos de crédito **solidariedade entre os vários obrigados**, mas uma unidade de prestação.

Comentários: ERRADA. **Há responsabilidade solidária** nos devedores de cheques, por exemplo. “Art . 51, lei do cheque: Todos os obrigados respondem solidariamente para com o portador do cheque”.



# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

59. A respeito dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

C) Cabe ação executiva contra o emitente e seus avalistas, ainda que não apresentado o cheque ao sacado no prazo legal, **ou prescrita** a ação cambiária.

Comentários: ERRADA. STF “Súmula nº 600 - Cabe ação executiva contra o emitente e seus avalistas, ainda que não apresentado o cheque ao sacado no prazo legal, **desde que não prescrita** a ação cambiária”.

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

59. A respeito dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

D) Na prestação de serviços, a duplicata não aceita, mas protestada, é título hábil para instruir o pedido de falência, **não sendo necessária a comprovação dos serviços.**

Comentários: ERRADA. STJ - SÚMULA Nº 248 - **Comprovada a prestação** dos serviços, a duplicata não aceita, mas protestada, é título hábil para instruir pedido de falência.

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

59. A respeito dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

E) O estabelecimento bancário não é responsável pelo pagamento de cheque falso, ressalvadas as hipóteses de culpa exclusiva ou concorrente do correntista.

Comentários: ERRADA. Art. 39 da Lei do cheque (7357/85). O sacado que paga cheque “à ordem” é obrigado a verificar a regularidade da série de endossos, mas não a autenticidade das assinaturas dos endossantes. A mesma obrigação incumbe ao banco apresentante do cheque a câmara de compensação. Parágrafo único. Ressalvada a responsabilidade do apresentante, no caso da parte final deste artigo, **o banco sacado responde pelo pagamento do cheque falso**, falsificado ou alterado, **salvo dolo ou culpa do correntista**, do endossante ou do beneficiário, dos quais poderá o sacado, no todo ou em parte, reaver a que pagou.

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**60. Com referência à transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades, assinale a opção correta.**

**A) A transformação determina a extinção das sociedades que se unem para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.**

**Comentários: ERRADA. LSA: Art. 220. A transformação é a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro.**

**Parágrafo único. A transformação obedecerá aos preceitos que regulam a constituição e o registro do tipo a ser adotado pela sociedade.**

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

60. Com referência à transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades, assinale a opção correta.

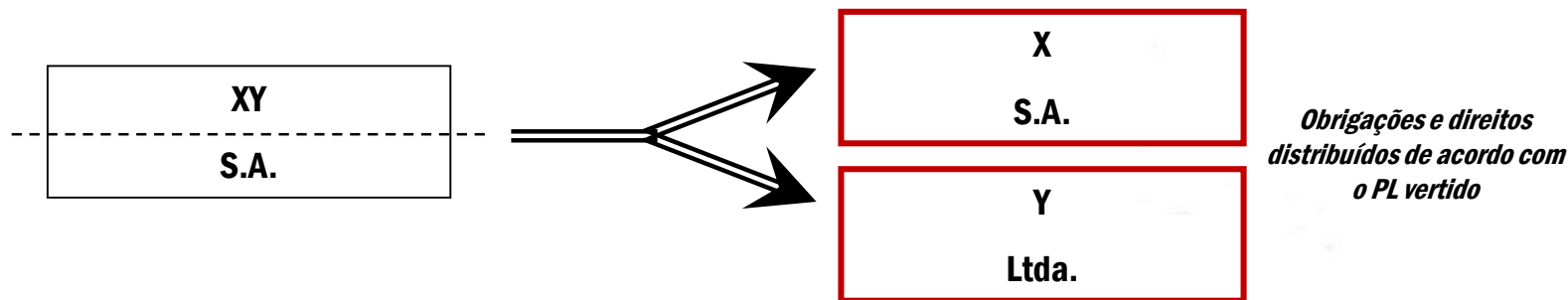
B) Na cisão com extinção da companhia cindida, as sociedades que absorverem parcelas do patrimônio da referida companhia responderão subsidiariamente pelas obrigações da companhia extinta.

Comentários: ERRADA. **Há sucessão, e não responsabilidade subsidiária.** LSA: “Art. 229. § 1º Sem prejuízo do disposto no artigo 233, a sociedade que absorver parcela do patrimônio da companhia cindida sucede a esta nos direitos e obrigações relacionados no ato da cisão; no caso de cisão com extinção, as sociedades que absorverem parcelas do patrimônio da companhia cindida sucederão a esta, na proporção dos patrimônios líquidos transferidos, nos direitos e obrigações não relacionados”.

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

## Cisão total

- Cisão (art. 229 da Lei das S.A.) – Exemplo (**total**):
  - Art. 229 da Lei das S.A.: “§ 1º (...) no caso de **cisão com extinção**, as **sociedades que absorverem parcelas do patrimônio da companhia cindida** sucederão a esta, na proporção dos patrimônios líquidos transferidos, nos direitos e obrigações não relacionados.”



## 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

60. Com referência à transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades, assinale a opção correta.

C) Nas sociedades anônimas, a assembleia geral possui competência privativa para deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes assim como para julgar-lhes as contas.

Comentários: **CORRETA**. Lei 6404/76: “Art. 122. Compete privativamente à assembleia geral: VIII - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas”

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

60. Com referência à transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades, assinale a opção correta.

D) A fusão não depende do consentimento de todos os sócios, salvo se prevista na ata da assembleia, caso em que o dissidente poderá retirar-se da sociedade.

Comentários: ERRADA. Quanto ao quórum, Ok! “Art. 1.076, CC. Ressalvado o disposto no art. 1.061 e no § 1º do art. 1.063, as deliberações dos sócios serão tomadas: I - pelos votos correspondentes, no mínimo, a **três quartos do capital social**, nos casos previstos nos incisos V e **VI** do art. 1.071. Já nas S/A, pelo art. 136 da Lei 6.404/76.

O contrato ou estatuto social pode prever um quórum diferente (liberdade contratual).

Tanto na LTDA quanto na S/A a fusão é uma hipótese para o direito de retirada, 1.077, CC e 137 da 6.404/76.



# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

60. Com referência à transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades, assinale a opção correta.

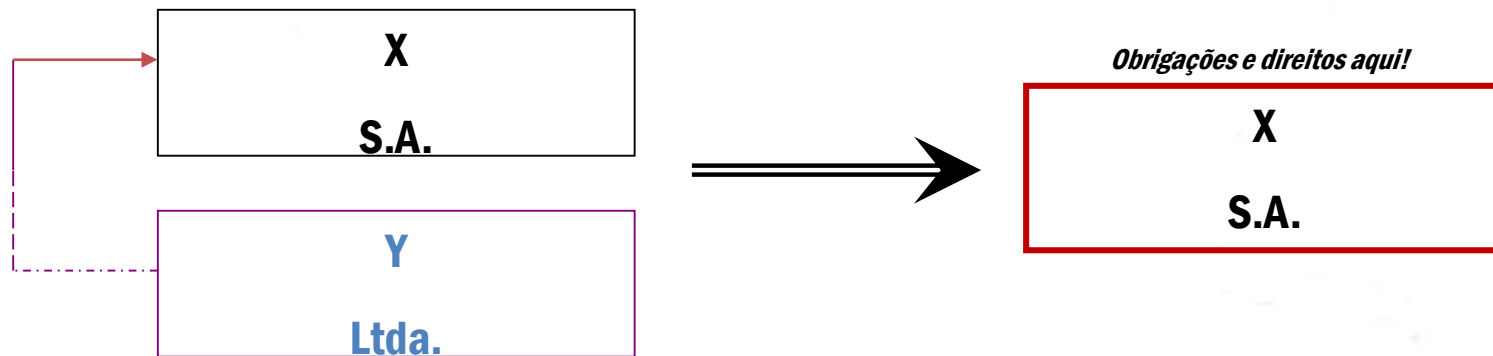
E) A sociedade que houver de ser incorporada tomará conhecimento desse ato, e, se o aprovar, autorizará os administradores a praticar o necessário à incorporação, não podendo haver a subscrição de bens.

Comentários: ERRADA. “Art. 227 § 2º A sociedade que houver de ser incorporada, se aprovar o protocolo da operação, autorizará seus administradores a praticarem os atos necessários à incorporação, **inclusive a subscrição** do aumento de capital da incorporadora”

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

## Incorporação

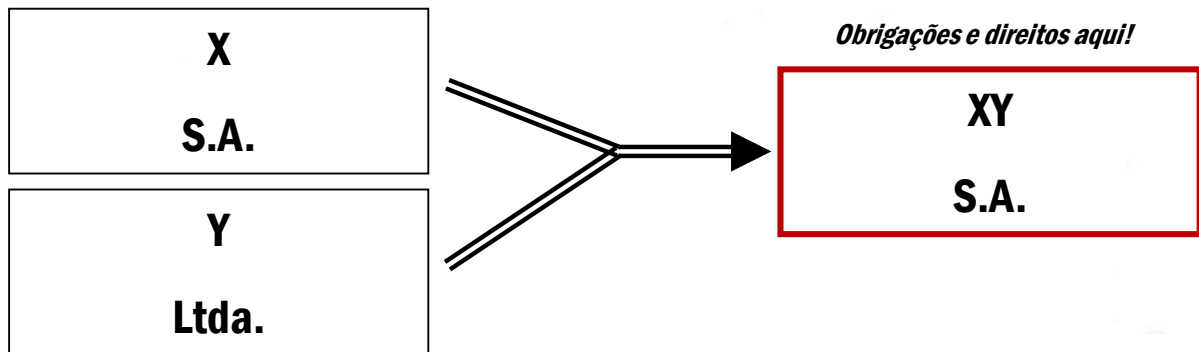
- Incorporação (art. 227 da Lei das S.A. e art. 1.116 do novo Código Civil) – Exemplo:



# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

## Fusão

- Fusão (art. 228 da Lei das S.A. e art. 1.119 do novo Código Civil) – Exemplo:



# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

**61. Assinale a opção correta com relação a estabelecimento comercial.**

**A) Caso o locatário, no momento da propositura da ação renovatória, apresente valor locativo compatível com o valor de mercado, o locador deverá renovar a locação, ainda que ele receba proposta mais vantajosa de terceiro.**

**Comentários: ERRADA. Art. 72, lei 8.245/91 (lei de locações). A contestação do locador, além da defesa de direito que possa caber, ficará adstrita, quanto à matéria de fato, ao seguinte: III - **ter proposta de terceiro** para a locação, em condições melhores**

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

61. Assinale a opção correta com relação a estabelecimento comercial.

B) A locação empresarial submete-se ao regime jurídico da renovação compulsória, de acordo com o qual a locação deve ser contratada por tempo determinado de no mínimo, cinco anos, admitida a soma dos prazos de contratos escritos, sucessivamente renovados, podendo esse cálculo ser feito pelo sucessor ou cessionário do locatário.

Comentários: **CORRETA**. Art. 51. Nas locações de imóveis destinados ao comércio, o locatário terá direito a renovação do contrato, por igual prazo, desde que, cumulativamente:

I - o contrato a renovar tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado;

II - o prazo mínimo do contrato a renovar ou a soma dos prazos ininterruptos dos contratos escritos seja de cinco anos;

III - o locatário esteja explorando seu comércio, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos.

1º O direito assegurado neste artigo poderá ser exercido pelos cessionários ou sucessores da locação; no caso de sublocação total do imóvel, o direito a renovação somente poderá ser exercido pelo sublocatário.

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

61. Assinale a opção correta com relação a estabelecimento comercial.

C) Não havendo previsão contratual, o adquirente de estabelecimento pode usar o nome do alienante, precedido do seu próprio, com qualificação de sucessor, por ato entre vivos.

Comentários: ERRADA. Art. 1.164, p. único, CC: O adquirente de estabelecimento, por ato inter vivos, pode, **se o contrato o permitir**, usar o nome do alienante, precedido do seu próprio, com a qualificação de sucessor.

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

61. Assinale a opção correta com relação a estabelecimento comercial.

D) A cessão de créditos referentes a estabelecimento transferido não produz efeitos em relação aos devedores.

Comentários: ERRADA. Art. 1.149, CC: A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido **produzirá efeito em relação aos respectivos devedores**, desde o momento da publicação da transferência, mas o devedor ficará exonerado se de boa-fé pagar ao cedente.

# 2011 – TRF 1 (Questões 53 a 61)

61. Assinale a opção correta com relação a estabelecimento comercial.

E) O estabelecimento comercial compõe o patrimônio do empresário, que possui livre disponibilidade para aliená-lo, sem a necessidade de concordância dos credores.

Comentários: ERRADA. Art. 1.145, CC: Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, **a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores**, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir da sua notificação.



## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

53. Segundo a doutrina, o direito comercial não se formou em uma única época nem no meio de um só povo. A cooperação de todos os povos em tempos sucessivos, firmada fundamentalmente nas bases econômicas, é que o constituíram e lhe imprimiram o caráter autônomo. Com relação ao direito comercial e ao empresário, assinale a opção correta.

A) Os funcionários públicos estão proibidos de exercer atividade empresarial, de acordo com a CF e normas específicas; contudo, a proibição diz respeito ao efetivo exercício da atividade empresarial, não existindo restrição quanto ao fato de o funcionário público ser simplesmente acionista ou quotista de sociedade empresária.

Comentários: **CORRETA.** Lei nº 8.112/90 – “Art. 117. Ao servidor é proibido:  
X - Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário”.

# 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

## Incapazes e impedidos como sócios

- Aqui vem um “pulo do gato”! **Obra de pegadinhas.**
- Tanto a incapacidade quanto o impedimento e todas as suas regras, são para o exercício da atividade de empresário em nome próprio\*.
- O incapaz ou o impedido, podem tranquilamente serem **SÓCIOS** de uma empresa

\* Exceção dos Deputados e Senadores que contratam com o Poder Público

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**53. Segundo a doutrina, o direito comercial não se formou em uma única época nem no meio de um só povo. A cooperação de todos os povos em tempos sucessivos, firmada fundamentalmente nas bases econômicas, é que o constituíram e lhe imprimiram o caráter autônomo. Com relação ao direito comercial e ao empresário, assinale a opção correta.**

**B) Nos termos do Código Civil, somente podem exercer a atividade empresarial os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos, não havendo possibilidade de menor de dezoito anos exercer a atividade empresarial.**

**Comentários: ERRADA. O CC prevê esta possibilidade: Art. 974. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor da herança.**

**\* Enunciado nº 203 do CJF: "o exercício de empresa por empresário incapaz, representado ou assistido, somente é possível nos casos de incapacidade superveniente ou incapacidade do sucessor na sucessão por morte".**

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**53. Segundo a doutrina, o direito comercial não se formou em uma única época nem no meio de um só povo. A cooperação de todos os povos em tempos sucessivos, firmada fundamentalmente nas bases econômicas, é que o constituíram e lhe imprimiram o caráter autônomo. Com relação ao direito comercial e ao empresário, assinale a opção correta.**

**C) O cosmopolitismo, a onerosidade, a informalidade e a fragmentação são as principais características do direito comercial. Com relação às espécies de autonomia no direito comercial, a doutrina destaca a autonomia substancial, que é identificada pela existência de um corpo legislativo codificado.**

**Comentários: ERRADA. Não há um código comercial único.**

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**53. Segundo a doutrina, o direito comercial não se formou em uma única época nem no meio de um só povo. A cooperação de todos os povos em tempos sucessivos, firmada fundamentalmente nas bases econômicas, é que o constituíram e lhe imprimiram o caráter autônomo. Com relação ao direito comercial e ao empresário, assinale a opção correta.**

**D) Empresário é definido na lei como o profissional que exerce atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços. Para a doutrina, também será empresário aquele que organizar episodicamente a produção de certa mercadoria, mesmo destinando-a à venda no mercado.**

**Comentários: ERRADA. Art. 966, do CC/02: "Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços". Não se inclui no conceito a atividade episódica.**

## 2011 – TRF 2 (Questões 53 a 60)

**53. Segundo a doutrina, o direito comercial não se formou em uma única época nem no meio de um só povo. A cooperação de todos os povos em tempos sucessivos, firmada fundamentalmente nas bases econômicas, é que o constituíram e lhe imprimiram o caráter autônomo. Com relação ao direito comercial e ao empresário, assinale a opção correta.**

**E) Somente será considerado empresário o exercente profissional de atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços, inscrito no registro de empresas do órgão próprio.**

**Comentários: ERRADA. “Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”. Não há o registro como elemento do conceito, o empresário não inscrito é sim empresário! Mas irregular...**